

Bracher não foi propor acordo ao Fundo, esclarece Funaro

por Cesar Borges
de Brasília

"O presidente do Banco Central (BC), Fernando Bracher, não foi ao Fundo Monetário Internacional (FMI) propor nenhum acordo em nome do governo brasileiro", afirmou ontem o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, buscando esclarecer interpretações veiculadas na imprensa nos últimos dias em relação à viagem de Bracher aos Estados Unidos. Funaro explicou que conversou ontem pelo telefone com o presidente do BC, que lhe relatou a conversa que manteve durante o almoço

com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière.

Funaro não adiantou o conteúdo da conversa. Frisou, entretanto, repetidas vezes, que a missão Bracher, como membro governador do FMI, é a de explicar detalhadamente o programa de ajuste econômico aprovado pelo Congresso Nacional e que será adotado pelo governo brasileiro o ano que vem, já que a opção adotada no programa é de um déficit operacional de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado dos encontros de Bracher com de Larosière e com o presidente

do Federal Reserve Board (Fed), Paul Volcker, poderá resultar num comentário do FMI sobre o programa, avisa Funaro, lembrando que isso é uma rotina. "Se o Fundo considerar o programa bom, fará um bom comentário, se o considerar ruim, fará um comentário ruim", disse o ministro.

Funaro não esconde, contudo, a expectativa de que o FMI se mostre favorável ao projeto brasileiro. Além disso, se significar uma aprovação do estilo de negociação da Nova República, poderá abrir uma oportunidade para que Bracher consiga, junto aos bancos

credores, reduzir a taxa de "spread" (risco) paga pelo Brasil nas renovações das condições de negociação das linhas de curto prazo (comerciais e interbancárias) tal como foi obtido na fase 2. O Brasil está pagando um "spread" equivalente a 2% da Libor ou 1 e 7/8 da "prime" a cada renovação, quando já há o precedente aberto pela Venezuela recentemente, de uma taxa de 1 e 1/8 da Libor. Essa redução poderá significar uma economia de US\$ 60 milhões em 1986.

DINHEIRO NOVO

Bracher também deverá colocar na mesa de negociação com os credores o aviso de que "o Brasil suporta o ano de 1986 sem dinheiro novo, a não ser que mudem as regras externas, relativas a taxas de juros e protecionismo comercial", afirmou Funaro ontem, adiantando que essa questão está embutida também nas conversas que manterá, juntamente com o chanceler Olavo Setúbal, na próxima semana em Montevideu, Uruguai, no contexto dos países-membros do grupo de Cartagena.

Hoje, o ministro do Planejamento, João Sayad, viaja para os Estados Unidos para fechar contratos com o Banco Mundial (US\$ 1,5 bilhão) e com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) — de US\$ 500 milhões. Ele estará acompanhado pelo titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), Henri Philippe Reichstul. Ambos regressam no próximo dia 18.